SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Telefonistas e teleatendentes no call center do Ciodes e da Ceturb

É hora de avaliar a proposta patronal para a Convenção Coletiva 2015/2016

O Sinttel-ES convoca as telefonistas e os demais trabalhadores/as no call center do Ciodes e da Ceturb para a assembleia que avaliará a proposta do Seaces para renovação Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), para o período 2015-2016.

Venha avaliar conosco o resultado das negociações realizadas até agora. O Seaces, sindicato patronal que negocia pelas empresas, fez uma proposta.

Precisamos nos reunir e discutir os índices apresentados e que foram negociados pelo Sinttel-ES, a partir da pauta de reivindicações aprovada na assembleia do dia 12 de março de 2015.

O Sindicato fará assembleias em vários horários para facilitar a sua participação. Compareça. Vamos decidir o salário que você receberá durante 12 meses.

Assembleias dia 13/05 na sede do Sinttel-ES

Horários:

10 horas

16:30horas

18 horas

SINTTEL·ES

FENATTEL CUT Brasil

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo **convoca todos/as trabalhadores/as que trabalhem como Operadores/as Telefonistas, Operadores/as de Telemarketing e de Teleatendimento, Operadores/as de Rádio Chamadas, Rádio Operadores bilíngues e Telefonistas bilíngues empregados/as nas empresas prestadoras de serviços,** vinculadas ou representadas pelo **SEACES** - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo para **participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 13 de maio de 2015, na sede do Sinttel-ES, situado na Rua Barão de Monjardim, 251 – Centro – Vitória – ES em 3 (três) sessões sendo a primeira às 10:00 horas, a segunda 16:30 horas e a terceira e última às 18:00 horas,** respeitando-se os quóruns legais e estatutários, para debaterem e deliberarem sobre a **seguinte ordem do dia: a) Discutir** e deliberar sobre a proposta negociada com as empresas para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2015-2017 e **b) Assuntos** gerais.

Vitória, 11 de maio de 2015

Nilson Hoffmann - Presidente – SINTTEL-ES

Publicado em A Gazeta - Classificados dia 11/05/2015

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Veja abaixo como pode ficar o seu salário, se a proposta das empresas for aprovada

Os novos pisos passam a valer a partir do dia 1º de maio de 2015, data base da Convenção Coletiva, com reajuste de, praticamente, 10%, com os valores conforme tabelas ao lado de acordo com o cargo e jornada exercidos.

Reajuste salarial – 9,975%, quase 10%. A inflação até abril foi de 8,34%. A diferença entre a inflação e o reajuste é o ganho real que os salários terão:

Cesta básica - R$70,55 – com reajuste de 13,88%, e desconto de R$ 2,46.

Auxílio Alimentação/Refeição - Vai para R$ 8,81, com reajuste de 10%.

Auxílio creche - houve aumento do tempo de permanência para até 10 meses.

Manutenção das demais cláusulas da Convenção atual.

Telefonista, operador de telefonia, operadores de telemarketing, operador de teleatendimento, rádio operadores, operador de rádio chamada.

JORNADA	MAIO/2014 SALÁRIO/MÊS	MAIO/2015 SALÁRIO/MÊS
4 HORAS	904,51	997,74
5 HORAS	1.026,98	1.239,40
6 HORAS	1.352,12	1.487,00

Rádio operadores bilíngües e telefonistas bilíngües.

JORNADA	MAIO/2014	MAIO/2015 SALÁRIO/MÊS
4 HORAS	1.093,68	1.202,78
5 HORAS	1.366,78	1.503,12
6 HORAS	1.638,86	1.802,34

Telefonistas que prestam serviços para a Caixa estão sem salários

As telefonistas que prestam serviços para a Caixa Econômica Federal, através da empresa Sandes e que atuam em todo o estado, estão sem receber os salários do mês de abril, que deveria ter sido pago até às 16:00 horas do dia 08/05, conforme prevê a Convenção Coletiva.

Tentamos contato com os responsáveis pela empresa, que ficam na Bahia, e ninguém soube dar explicações. A única resposta que recebemos é que os responsáveis saíram e ainda não retornaram, ou que ainda não chegaram à empresa, nesta segunda-feira.

Já acionamos o departamento Jurídico para que tome as providências cabíveis, pois estão previstas multas a serem pagas pelas empresas em caso de descumprimento de Cláusulas da Convenção Coletiva. O Sinttel acionará, também, a Caixa Econômica Federal que é a contratante da Sandes.

O Sinttel-es não recebeu nenhum comunicado da empresa sobre esta situação e, muito menos, a Sandes deu alguma satisfação aos trabalhadores sobre um possível problema que poderia gerar este atraso.

Já cobramos da Sandes uma solução e esperamos que até o final dessa segunda-feira, dia 11, ela cumpra com a sua obrigação de pagar os salários dos trabalhadores que não podem ficar de bolsos vazios.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/05/2015 - Telesíntese

Acessos em banda larga fixa crescem 7% em um ano

Dados da Anatel apontam para 24,43 milhões de usuários, 1,63 milhão a mais que o resultado de março de 2014. Grupo Claro, GVT e TIM ganharam acessos, enquanto Oi e Telefônica perderam.

O Brasil contava com 24,43 milhões de acessos de banda larga fixa em março de 2015. No terceiro mês deste ano, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) estava presente em 36,97% dos domicílios. O número representa um aumento de 145 mil acessos com relação a fevereiro, e de 1,63 milhão sobre março de 2014 – incremento de 7%.

A tecnologia mais usada continua sendo o cabo, seguida por xDSL. Na segmentação por grupos econômicos, Telmex (Claro/Embratel/Net) continua com maior quantidade de usuários e tem fatia de 31,65% do mercado. O grupo ganhou 77,96 mil usuários no último mês. O segundo colocado é a Oi, que perdeu 37 mil clientes e 0,3% de share, ficando com fatia de 26,56% do mercado.

Telefônica, com participação de 26,56%, perdeu 2,8 mil usuários. Em compensação, a recém adquirida GVT (12,48%) registrou 41,4 mil novos acessos. Somadas, as duas empresas detêm 39% do mercado e tiveram saldo de 38,6 mil novos acessos. A TIM aumentou sua base de acessos a banda larga fixa em 7,6 mil usuários, ficando com participação de 0,7%.

Abaixo, confira o número absoluto de usuários por tecnologia, grupo econômico e velocidade de acesso.

Veja mais em:
http://www.telesintese.com.br/acessos-em-banda-larga-fixa--crescem-7-em-um-ano/

11/05/2015 - Rede Brasil Atual

Mulheres comandam 40% dos lares brasileiros

País registra diminuição de diferença de rendimentos entre gêneros: em dez anos, mulheres tiveram aumento de salário de 12%, enquanto homens passaram a ganhar 7,9% a mais

cNoilde Maria de Jesus, 45 anos, é agricultora familiar e mãe de nove filhos. Denise Arruda Fonseca tem 24. É auxiliar administrativa e mãe do bebê Júlio César, de dois anos. Laura Sousa, de 28 anos, é mãe de Ana Luiza, de sete, e trabalha como assistente de mídia. Cada uma a seu modo, as três fazem parte de uma geração de mães brasileiras que contribui cada vez mais para a construção de um novo Brasil.

O País assiste hoje a um notável crescimento profissional da mulher brasileira, seja por meio do próprio negócio ou de uma atividade com carteira assinada. As políticas públicas para a geração de novos postos formais de trabalho, aliadas a ações de inclusão social e investimentos na educação, ajudaram a reposicionar a mulher no mercado, mudando seu papel familiar. O aumento da participação feminina na economia nacional vem corrigindo distorções históricas como as desigualdades salariais entre os gêneros.

Laura Sousa conta que a inscrição no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a ajudou a ascender profissionalmente, antes mesmo de se formar, e a arcar com os custos do colégio da filha. "A faculdade era um sonho distante", lembra. Hoje, trabalha como assistente de mídia, uma posição acima da que exercia anteriormente. A filha cursa a segunda série do ensino fundamental e enche a mãe de orgulho. "A cada semana, ela me diz que quer ser algo diferente. Minha filha acha lindo trabalhar."

Dados do último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estátistica), de 2010, revelam que cerca de 40,9% das mulheres contribuem para a renda das famílias do País. No campo, o índice chega a 42,4%, 51% dos quais no Nordeste. Indicadores que refletem a inclusão produtiva promovida pelo governo federal (leia matéria sobre mulheres rurais).

Ainda de acordo com o IBGE, que elaborou o estudo Estatísticas de Gênero, em 2000, as mulheres chefiavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares. Em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados já eram comandados por mulheres.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em mais de 42% destes lares, a mulher vive com os filhos, sem marido ou companheiro. Neste cenário de dificuldades e desafios, elas conquistaram muito mas é preciso avançar mais. "É por isso que o governo da presidenta Dilma estimula a autonomia das mulheres", observa a ministra da SPM, Eleonora Menicucci.

Os esforços do governo brasileiro para reduzir as desigualdades de gênero no Brasil obtiveram reconhecimento internacional. Um relatório das Nações Unidas, divulgado recentemente pela agência ONU Mulheres, aponta as múltiplas ações do governo brasileiro na última década, entre elas a valorização do salário mínimo, como essenciais para reduzir a pobreza e, consequentemente, aumentar a presença da mulher no mercado de trabalho.

Segundo o relatório, em 1995 as mulheres ganhavam 38% menos do que os homens. Em 2007, no entanto, essa diferença diminuiu para 29%. E, entre 2001 e 2009, o peso das trabalhadoras na população economicamente ativa cresceu de 54% para 59%, de acordo com o documento.

A pesquisa do IBGE também atesta um aumento real do rendimento médio das mulheres. De acordo com o instituto, em uma década, as mulheres registraram aumento relativo de salário maior do que o dos homens (12% para elas e 7,9% para os homens). Além disso, a proporção de mulheres com carteira assinada saltou de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010.

Empreendedorismo com inovação

Chefes de família ou solteiras, as mulheres também estão se destacando no empreendedorismo, com aumento significativo da participação no segmento. O Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, editado pelo Sebrae, registra crescimento da mulher empreendedora nas cinco regiões do País, entre 2002 e 2012. De acordo com o estudo, o Norte lidera, com uma expansão de 78% do número de empreendedoras, seguido por Centro-Oeste (36%), Sul (21%), Nordeste (12%) e Sudeste (10%).

O relatório do Sebrae também aponta para a capacidade de inovação da mulher. O documento sustenta que 34% das mulheres que têm empresa trabalham em casa, número cinco vezes maior do que os empreendedores do sexo masculino, que ronda a casa dos 6%.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/05/2015 - Rede Brasil Atual

Energia reduz pressão, e IPCA tem menor taxa em cinco meses

Índice passou de 1,32% em março para 0,71% no mês passado. Mas o acumulado ainda supera 8%. Alimentos subiram menos, enquanto preços dos remédios pressionaram taxa para cima

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência da inflação oficial no país, variou 0,71% em abril, bem abaixo do registrado no mês anterior (1,32%). Foi a menor taxa em cinco meses. Mas o acumulado em 12 meses ainda supera os 8%, passando para 8,17%, ante 8,13% no período imediatamente anterior. Isso porque o IPCA de abril do ano passado foi menor (0,67%) que o deste ano. De janeiro a abril, o índice soma 4,56%, maior taxa para o período desde 2003.

"Os preços subiram, em média, menos do que em março, levando-se em conta, principalmente, a energia elétrica", diz o IBGE, que divulgou os resultados na manhã de hoje (8). Segundo o instituto, a energia, item "de grande importância no orçamento das famílias", variou 1,31%, ante 22,08% em março, "quando refletiu a revisão das tarifas de todas as revisões pesquisadas".

O resultado de 1,31% refletiu aumentos em cinco regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. "Com os aumentos ocorridos, o consumidor está pagando neste ano, em média, 38,12% a mais pelo uso da energia, enquanto nos últimos doze meses as contas estão 59,93% mais caras."

Assim, o grupo Habitação, no qual está incluído o item energia, variou 0,93%, ante 5,29% em março. O instituto também destaca as altas de gás de botijão (1,05%) condomínio (0,85%), mão de obra para pequenos reparos (0,73%), aluguel residencial (0,72%), artigos de limpeza (0,64%) e taxa de água e esgoto (0,61%).

O grupo Alimentação e Bebidas também subiu menos de 1,17% para 0,97%. Mas vários produtos tiveram aumentos significativos no mês, caso do tomate, que subiu 17,9%. Outras altas foram da cebola (7,05%), feijão mulatinho (6,55%), leite longa vida (4,8%), alho (4,74%), açaí (3,96%) e pescado (3,12%). Entre os itens cujos preços caíram, estão batata inglesa (-10,02%), mandioca (-8,38%), farinha de mandioca (-2,78%), feijão preto (-2,26%), feijão carioca (-1,61%) e cenoura (-1,5%).

Com aumento de 3,27% nos preços dos remédios, o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (que foi de 0,69% para 1,32%) representou a maior contribuição individual para o IPCA: 0,11 ponto percentual. O instituto também destaca as altas nos serviços médicos e dentários (0,93%), produtos óticos (0,91%) e plano de saúde (0,77%).

No grupo Vestuário (0,91%), o resultado teve influência de roupas masculinas (aumento de 1,39%), roupas femininas (0,93%) e calçados (0,89%). O menor resultado entre os grupos foi de Transportes (0,11%), mesmo com elevação de 10,21% nas passagens aéreas. Caíram (-0,91%) os preços de combustíveis: o da gasolina recuou 0,67% e o do etanol, 2,33%.

Nas regiões pesquisadas, o maior índice foi de Curitiba (1,46%), com pressão de alimentos e remédios. O menor foi o de Salvador (0,5%). Na região metropolitana de São Paulo, que tem peso superior a 30% na composição do índice, o IPCA foi de 1,31%, em março, para 0,58%.

INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) variou 0,71% em abril, menos da metade do resultado do mês anterior (1,51%) e abaixo de igual mês do ano passado (0,78%). No ano, está acumulado em 4,95%, bem acima dos 2,90% no primeiro quadrimestre de 2014. Em 12 meses, vai a 8,34%, um pouco menos que os 8,42% do período imediatamente anterior.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/05/2015 - Portal Vermelho

Nove motivos para se preocupar com a terceirização

O número de trabalhadores terceirizados deve aumentar caso seja aprovado o Projeto de Lei 4.330. A nova lei abre as portas para que as empresas possam subcontratar todos os seus serviços. Hoje, somente atividades secundárias podem ser delegadas a outras empresas, como por exemplo a limpeza e a manutenção de máquinas.

Entidades de trabalhadores, auditores-fiscais, procuradores do trabalho e juízes trabalhistas acreditam que o projeto é nocivo aos trabalhadores e à sociedade.

Descubra por que você deve se preocupar com a mudança:

1- Salários e benefícios devem ser cortados

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas.

2- Número de empregos pode cair

Terceirizados trabalham, em média, 3 horas a mais por semana do que contratados diretamente. Com mais gente fazendo jornadas maiores, deve cair o número de vagas em todos os setores.

Se o processo fosse inverso e os terceirizados passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os contratados, seriam criadas 882.959 novas vagas, segundo o Dieese.

3 - Risco de acidente vai aumentar

Os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes. Na Petrobrás, mais de 80% dos mortos em serviço entre 1995 e 2013 eram subcontratados. A segurança é prejudicada porque companhias de menor porte não têm as mesmas condições tecnológicas e econômicas. Além disso, elas recebem menos cobrança para manter um padrão equivalente ao seu porte.

4 - Preconceito no trabalho pode crescer

A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais terceirizados, como os de limpeza e vigilância, segundo relatório da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com refeitórios, vestiários e uniformes que os diferenciam, incentiva-se a percepção discriminatória de que são trabalhadores de "segunda classe".

5 - Negociação com patrão ficará mais difícil

Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e são representados por sindicatos de setores distintos. Essa divisão afeta a capacidade deles pressionarem por benefícios. Isolados, terão mais dificuldades de negociar de forma conjunta ou de fazer ações como greves.

6 - Casos de trabalho escravo podem se multiplicar

A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Casos como esses já acontecem em setores como mineração, confecções e manutenção elétrica.

7 - Maus empregadores sairão impunes

Com a nova lei, ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada. Em dezembro do último ano, o Tribunal Superior do Trabalho tinha 15.082 processos sobre terceirização na fila para serem julgados e a perspectiva dos juízes é que esse número aumente. Isso porque é mais difícil provar a responsabilidade dos empregadores sobre lesões a terceirizados.

8 - Haverá mais facilidades para a corrupção

Casos de corrupção como o do bicheiro Carlos Cachoeira e do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda envolviam a terceirização de serviços públicos. Em diversos casos menores, contratos fraudulentos de terceirização também foram usados para desviar dinheiro do Estado. Para o procurador do trabalho Rafael Gomes, a nova lei libera a corrupção nas terceirizações do setor público. A saúde e a educação pública perdem dinheiro com isso.

9 - Estado terá menos arrecadação e mais gasto

Empresas menores pagam menos impostos. Como o trabalho terceirizado transfere funcionários para empresas menores, isso diminuiria a arrecadação do Estado. Ao mesmo tempo, a ampliação da terceirização deve provocar uma sobrecarga adicional ao SUS (Sistema Único de Saúde) e ao INSS. Segundo juízes do TST, isso acontece porque os trabalhadores terceirizados são vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais com maior frequência, o que gera gastos ao setor público.

11/05/2015 - CUT

Assédio moral na administração pública: contradições e relações de poder

Estado brasileiro deve ser refundado com caráter verdadeiramente público

"Só consegui estágio probatório após três anos na universidade, além de ter sido afastada sem qualquer critério", denunciou a professora do curso de agroecologia, Márcia Marzagão, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também vítima de assédio moral, o professor Fernando Hintz Greca relata episódios de humilhação na universidade. "Meu assédio dentro da UFPR durou cinco anos. No tempo em que fui assediado, eu não pude fazer operações. As aulas que me eram dadas eram apenas relacionadas a assuntos triviais dentro da cirurgia, como unhas encravadas, calosidades. Fui ridicularizado várias vezes. Essa agressão não foi só à minha pessoa, mas também um atentado à minha dignidade moral e uma agressão à própria instituição universitária, porque eu fui punido por discordar e demonstrar erros que estavam sendo feitos", relatou Greca.

"A prática do assédio moral é um processo que desperdiça a criatividade, nega as energias utópicas e, o que é mais grave, fecha as portas para qualquer debate político de valorização do trabalho e dos trabalhadores, levando em consideração somente critérios produtivos, sobretudo, os quantitativos", afirmou o ex-procurador do Estado do Paraná e professor aposentado da UFPR, José Antonio Peres Gediel, um dos palestrantes do seminário "Estado, Poder e Assédio: relações de trabalho na administração pública", no dia 27/4, em Curitiba (PR). Promovido pelo Sindicato de Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), o evento contou com a articulação e o apoio de inúmeras entidades, entre elas a UFPR, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PR), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, o Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos, entre outros. "Esta ideia surgiu a partir do seminário sobre assédio moral, promovido pela Fisenge no Rio de Janeiro. O Senge-PR, ao lado de outras entidades, construiu esse amplo seminário, que teve como desdobramento o lançamento do livro sobre assédio moral com artigos dos principais nomes de referência sobre o tema. Enfrentar as práticas de assédio moral significa a defesa do direito à saúde e à segurança do trabalhador", pontuou a diretora do Senge-PR e integrante do Coletivo de Mulheres da Fisenge, Mary Stela Bishof.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A discussão sobre assédio moral na administração pública está intrinsecamente ligada à organização do Estado brasileiro. Isso porque, hoje, vivemos num modelo balizado pela noção de privilégio, e não de direito. O sociólogo e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Giovanni Alves, destaca que é preciso compreender o Estado como uma persona do capital. "Isso significa que ele está perpassado pela relação capital/trabalho. Quando ele incorpora métodos de gestão privada, ele está apenas desvelando algo que é intrínseco a si, que é ser uma persona do capital como sistema de controle entranhado do metabolismo social. Então, não vamos nos iludir e achar que, porque somos trabalhadores públicos, nós estamos fora dessa relação de dominação social", explanou.

Gediel complementa a formulação com uma concepção da origem do Estado. "Ele nasce como um Estado colonial, que se caracteriza por um distanciamento e um fechamento para a sociedade local. Isso porque ele serve, inicialmente, a poucos e permanece nessa lógica. Esse Estado tem as suas raízes no período colonial e se constitui como instituição extremamente hierarquizada. Nesse Estado, existem os que mandam, porque detêm privilégios, e não direitos", problematiza. Essa contradição foi apontada durante o debate, afinal são todos trabalhadores, mas numa relação autoritária de subordinação. Este cenário é reflexo de um Estado que exige participação democrática e cidadã, ao contrário da atualidade e dos métodos gerenciais oriundos do campo privado praticados no ambiente público. Meritocracia, presenteísmo e índices de produtividade são algumas das ações praticadas na administração pública, que vão frontalmente contra a construção de coletividade e cooperativismo solidário no local de trabalho. Muitas contradições são oriundas da fetichização do Estado, que compreende mediações em favor do capital. "Primeiro, temos que fazer a crítica desse fetichismo do Estado, que é um campo de "exploração". Eu coloco entre aspas, porque, na verdade, não produz valor, e sim a reverberação da exploração do capital. Ele é um campo de exploração muito complexo, porque ele tem características que, por exemplo, no capital privado você não tem a questão do corporativismo", atentou Giovanni.

Na prática, o que difere a prática de assédio moral do meio privado para o público? As relações de poder. "Nas empresas, cujos empregados são regidos pela CLT, a situação é bastante difícil, pois há a lógica de redução desse sujeito trabalhador, enquanto força de trabalho, a um objeto a serviço da produção e da exploração, dentro da lógica capitalista que quer obter mais lucro. Por outro lado, no âmbito da administração pública isso se revela particularmente pelo trânsito do domínio do poder e, portanto, embora possa se constituir como uma espécie de assédio moral organizacional, passa sobretudo por relações pessoais no desempenho do exercício dos cargos como revelações de espaços supostamente de poder", caracterizou a procuradora do Estado do Paraná e professora da UFPR, Aldacy Rachid Coutinho, que ainda alerta que o assédio moral organizacional deve ser identificado como uma opção pelo emprego da violência como uma política de gestão. "Vamos usar o conceito weberiano [referente a Max Weber]. Poder é fazer com que o outro faça o que você quer e sem o uso da violência real. O que seria essencial para coibir ou limitar práticas de assédio moral seria o reconhecimento do espaço de cada um, embora as práticas de assédio moral transitem, sobretudo, mas não necessariamente, por condutas reveladoras do exercício do poder. Os trabalhadores, portanto – tanto para o capital como para a própria organização da administração pública - seriam apenas um meio, para se atingir determinado fim", concluiu Aldacy.

O avanço no Estado gestor neoliberal ocasiona a destruição do coletivo no local de trabalho. Nesse ponto, o psicólogo Roberto Heloani sublinha o avanço da lógica do individualismo, do medo e do autoritarismo. "A pessoa, embora doente, continua aparecendo no trabalho, porque tem medo de ser excluída. A gente não deve apenas perguntar o motivo pelo qual ocorre o assédio moral. Talvez valesse a pena perguntar: como não existe mais assédio? Porque a forma de organizar o trabalho, o modo gerencial que hoje atinge organizações públicas e privadas, tem todos os elementos para que o assédio moral, a humilhação, o abuso verbal, a confusão entre autoridade e autoritarismo e outros desmandos venham a ser a grande moeda de troca no espaço do laboral. Nós acabamos com o coletivo de trabalho", provocou Heloani.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Uma questão de gênero e raça

A diretora Mary Stela pontuou sobre a defesa do direito à saúde e segurança do trabalhador como princípio de dignidade humana. "Ouvimos casos graves de abuso de poder e essa não é apenas uma questão de política institucional da empresa; mas sim de dignidade humana. É dever a garantia de condições de trabalho dignas com respeito à saúde do trabalhador com transversalidade de gênero e raça", disse. O recorte nas questões de gênero e raça também foi levantado pela integrante da União Brasileira de Mulheres (UBM), Maria Isabel Correa. "Nos municípios, nós, mulheres, somos mais de 60, às vezes 70/80% do funcionalismo público. Mas nos cargos de poder e decisão nós, raramente, chegamos aos 20%. Estamos numa sociedade patriarcal e machista e temos casos de que pelo fato de mulheres engravidarem são discriminadas e não avancem na ocupação dos espaços de poder. Essa prática, para mim, caracteriza assédio moral de gênero, o que é gravíssimo", afirmou.

Tipificação jurídica: do assédio ao dano moral

Além das especificidades de gênero e raça, um outro desafio a ser enfrentado é a lacuna na tipificação jurídica, uma vez que há enorme dificuldade de comprovação e em alguns casos a subjetividade da prática leva a arquivamentos de processos. "O fenômeno do assédio moral está sendo tratado juridicamente com base na categoria do dano, especialmente do dano moral e com base no instituto da responsabilidade civil. A pergunta é se a utilização deste instituto da responsabilidade civil é suficiente à proteção do trabalhador, especialmente da saúde do trabalhador, vitima do assédio moral", questionou o Procurador Regional da República, Paulo Cogo Leivas.

O desembargador do trabalho, Ricardo Tadeu, contou sobre uma investigação que dirigiu. "Houve uma denúncia de que determinados empregados dessa empresa estavam sendo assediados, porque no governo anterior foram a eles atribuídas as missões de privatizar a empresa. Eles não estavam fazendo isso por ideologia, e sim porque o fora determinado. Fizemos uma enquete e ficou demonstrado que eles estavam sendo vitimados por assédio. Também mandamos uma equipe médica que avaliou todos os trabalhadores do setor e constatou-se que todos estavam com insônia, estresse, depressão, autoestima baixa. Conquistamos uma liminar, que assegurou por meio de uma ação civil pública a estabilidade para todos estes servidores enquanto transitasse o processo e mais dois anos depois que transitasse em julgado. Também criou-se uma comissão dentro da empresa, composta por representantes dos diretores, representantes dos trabalhadores e um terceiro de fora da empresa especializado na matéria", descreveu. "O Ministério Público no Estado Democrático de Direito é o que fala em nome do povo. Então, quando você entra com uma ação civil pública, você não está expondo as pessoas, é a sociedade que está reagindo. É muito importante que se puxe o Ministério Público e os sindicatos e associações de classe. Apesar do individualismo exacerbado afastar a ação coletiva, nós temos que acreditar nela como única força de reação", conclamou Ricardo Tadeu.

Afinal, qual é a solução? Partindo de discussões, filosóficas, sociológicas, jurídicas e políticas, um dos caminhos possíveis seria a refundação do Estado brasileiro com caráter verdadeiramente público e que este modelo possa refletir na gestão participativa e democrática dos espaços.